

## RESOLUÇÃO Nº 4.729

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 29 de fevereiro de 1996,

**Considerando** o disposto no artigo 71, § 5º, da Constituição Estadual,

**Considerando** a competência desta Corte de Contas, consoante dispõem os artigos 23 e 24, da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará),

**Considerando** que referida Lei determina, em seu artigo 30, Inciso I, que as Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público devem encaminhar a este Tribunal até 30 (trinta) dias após encerrado o trimestre, balancetes trimestrais, e até 31 de março do ano subsequente ao exercício encerrado, o Balanço Geral,

**Considerando** que a não prestação de contas nos prazos legais implica em declarar os administradores municipais em débito com o dever de prestar contas da correta aplicação do dinheiro público,

**Considerando** que a Prefeitura Municipal de Muaná, até a presente data, não prestou contas referente aos 4 (quatro) trimestres do exercício financeiro de 1995,

**Considerando** que a omissão na prestação de contas obriga esta Corte a tomá-la, na forma do artigo 40, da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994,

**Considerando** proposição apresentada pelo Exmº. Sr. Conselheiro Presidente na sessão desta data, aprovada por votação unânime, conforme consta da Ata da sessão,

### R E S O L V E:

I - Determinar a instauração de Tomada de Contas Especial na Prefeitura Municipal de Muaná, referente ao exercício de 1995;

II - Autorizar a Presidência do Tribunal a constituir comissão de Tomada de Contas, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-la;



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL CONTAS DOS MUNICÍPIO**

**RESOLUÇÃO Nº**

**fls.02**

III - Fica a comissão a ser designada autorizada a manter contato direto com as repartições públicos federais, estaduais e municipais, bancos e outras entidades que possam fornecer elementos para a realização dos trabalhos.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 29 de fevereiro de 1996.

  
**Conselheiro Paulo Dourado**  
Presidente